



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 A 11ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no Espaço Verde da FEPAM
2 à Rua Carlos Chagas, 55, 11º andar, às 14,30 horas do dia 05 de março de 2002. Compareceram os
3 seguintes integrantes: Volney Zanardi Jr., Diretor do Departamento de Recursos Hídricos da SEMA,
4 como substituto do Presidente Claudio Langone; Virginia Müzell, Secretária Executiva; Maria
5 Dolores Piñeda, Diretora Técnica da FEPAM; Flavio Piccinini, da Secretaria de Obras Públicas e
6 Saneamento; Leonardo Beroldt, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento; João Érico Goss, da
7 Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; Luiz Antônio Grassi, do Comitê Lago
8 Guaíba; João Francisco Giuliani, do Comitê Santa Maria; Sérgio Cardoso, do Comitê Gravataí; Isaac
9 Zilbermann, do Comitê Baixo Jacuí; Milton Haack, do Comitê Tramandaí; e Ivo Mello, do Comitê
10 Ibicuí. A reunião teve início com a inclusão como penúltimo ponto de pauta da aprovação do
11 Regimento Interno do Comitê Baixo Jacuí. Após, foi apreciada a Ata da 10ª Reunião Ordinária, que
12 foi aprovada integralmente. Imediatamente passou-se à análise da minuta da Resolução que trata da
13 regulamentação do processo eleitoral nos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas. Após
14 uma revisão detalhada da proposta, a resolução foi aprovada por unanimidade, na forma em anexo.
15 No ponto seguinte, antes da explanação sobre a proposta da Câmara Técnica para aplicação dos
16 recursos do Fundo de Recursos Hídricos, o conselheiro Piccinini solicita pedido de vistas do assunto
17 pela Secretaria de Obras Públicas e Saneamento, a qual foi concedida. A Resolução Ad-referendum
18 sobre a formação do Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos rios Apuaê-Inhandava
19 e o Regimento Interno do Comitê de Gerenciamento do Baixo Jacuí foram colocados em votação e
20 aprovados. No último ponto da pauta, o conselheiro Grassi levanta a questão da liberação de
21 recursos do FRH, que está demasiadamente atrasada, comprometendo a operação dos comitês a um
22 ponto insustentável. O conselheiro Giuliani lembra que foi garantido na reunião do CRH em
23 dezembro o repasse dos recursos para os comitês no início do ano. A situação em que os mesmos se
24 encontram os obriga a uma tomada de posição quanto ao uso que o governo esteja dando ao que de
25 direito deveria ser destinado a eles, e que implica em uma condição de ilegalidade. Referiu-se à carta
26 enviada pelo Fundo de Recursos Hídricos dando conta de que os trâmites para a liberação dos
27 recursos ainda não haviam sido concluídos devido ao atraso na liberação dos recursos acordados
28 com a Secretaria da Fazenda. No entender do conselheiro, esta explicação não justifica o não
29 cumprimento do compromisso do governo, que desde o ano passado está sendo protelado. O
30 conselheiro Leonardo explica que a situação financeira do Estado é difícil, e isto se identifica em
31 todas as áreas, não apenas nesta. Relata que na Secretaria da Agricultura e Abastecimento diversos
32 projetos estão em compasso de espera para serem implementados apenas em função da dificuldade
33 na liberação dos recursos. O conselheiro Piccinini relata que a Secretaria de Obras Públicas e
34 Saneamento solicitou 200 milhões de reais para o governo federal através do programa Avança
35 Brasil para dez projetos de irrigação em 60.000ha. na zona sul do Estado, região considerada
36 prioritária para o governo federal, e que no Congresso foram reduzidos a 7 milhões de reais. Isto
37 significa que a situação é difícil no país como um todo, não se trata de política localizada. O Fundo
38 de Desenvolvimento Urbano, administrado pela SOPS também está sem condições de ser utilizado,
39 devido à influência de três fatores: a crise financeira, a política federal e a Lei de Responsabilidade

40 Fiscal. O conselheiro Milton Haack reforça a posição do conselheiro Giuliani, dizendo que o
41 sistema como um todo está em risco uma vez que a continuidade de alguns comitês esteja
42 ameaçada. O Diretor do DRH, presidindo a reunião, explica que há uma conjuntura governamental a
43 ser equacionada, e que as questões relativas ao SRH fazem parte desta avaliação. Todos os
44 encaminhamentos foram efetuados, restando agora o trabalho de articulação política, no qual a
45 posição dos comitês deverá pesar. Nada mais havendo a tratar, encerra a reunião, da qual eu,
46 Virginia Müzell, Secretária Executiva, lavro esta ata.